



N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
565/2025	569/2025	17/02/2025 08:37:20	17/02/2025 08:37:19

Tipo

INDICAÇÃO

Número

259/2025

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

VINICIUS LINO NASCIMENTO

Ementa:

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE REALIZE A LIMPEZA PÚBLICA, CAPINA DAS VEGETAÇÕES, TAPAGEM DA CAIXA D'ÁGUA E RECOLHIMENTO DE BARRACAS DOS MORADORES DE RUA, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ BARCELOS DE MATOS, CENTRO, GUARAPARI/ES, CEP: 29200-168.



EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES, VEREADORA SABRINA ASTORI.

O **Vereador Vinícius Lino**, no uso de suas atribuições regimentais, artigos 95, §1º, do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência, depois de ouvido o plenário, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a presente:

INDICAÇÃO Nº __/2025

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE REALIZE A LIMPEZA PÚBLICA, CAPINA DAS VEGETAÇÕES, TAPAGEM DA CAIXA D'ÁGUA E RECOLHIMENTO DE BARRACAS DOS MORADORES DE RUA, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ BARCELOS DE MATOS, CENTRO, GUARAPARI/ES, CEP: 29200-168.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de solicitação de limpeza pública, capina das vegetações, tapagem da caixa d'água e recolhimento de barracas na Rua José Barcelos de Mattos, no centro da cidade. Os moradores da região relataram que em frente a construção do novo mercado de peixe há muita sujeira, entulho, mal cheiro e extensas vegetações. Informaram, ainda, que a caixa d'água está aberta, com água parada, apresentando um risco enorme de proliferação de doenças.

Dessa forma, com o objetivo de manter os canteiros livres de vegetação alta, garantir a segurança, a saúde pública e a preservação do ambiente, constata-se que há necessidade de realização da limpeza pública, tapagem da caixa d'água, recolhimento de materiais e capina das vegetações na localidade.

Plenário Ewerson de Abreu Sodré, 13 de fevereiro de 2025.

VINÍCIUS LINO
Vereador - PL

ANEXOS







Guarapari, 17 de fevereiro de 2025.

De: Gabinete do Vereador Vinicius Lino de Nascimento

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 565/2025

Proposição: Indicação nº 259/2025

Autoria: Vinicius Lino

Ementa: SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA COMPETENTE, QUE REALIZE A LIMPEZA PÚBLICA, CAPINA DAS VEGETAÇÕES, TAPAGEM DA CAIXA D'ÁGUA E RECOLHIMENTO DE BARRACAS DOS MORADORES DE RUA, LOCALIZADO NA RUA JOSÉ BARCELOS DE MATOS, CENTRO, GUARAPARI/ES, CEP: 29200-168.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Proposição

Ação realizada: Proposição Protocolada

Próxima Fase: Para Ciência e Providencia

Protocolo Automático









N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
1302/2025	1324/2025	04/04/2025 10:34:33	04/04/2025 10:34:33

Tipo

INDICAÇÃO

Número

656/2025

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

VINICIUS LINO NASCIMENTO

Ementa:

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA, QUE INTERVENHA NA CONCENTRAÇÃO DE MORADORES DE RUA NA R. JOÃO ALBERTO GRACHER, PRAIA DO MORRO.



EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI/ES, VEREADORA SABRINA ASTORI.

O **Vereador Vinícius Lino**, no uso de suas atribuições regimentais, artigos 95, §1º, do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência, depois de ouvido o plenário, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a presente:

INDICAÇÃO Nº___/2025

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA, QUE INTERVENHA NA CONCENTRAÇÃO DE MORADORES DE RUA NA R. JOÃO ALBERTO GRACHER, PRAIA DO MORRO.

JUSTIFICATIVA

Trata-se de solicitação para que ocorra a intervenção na concentração de moradores de rua, que estão ocupando lote vago na Rua João Alberto, Praia do Morro. A situação gera preocupações quanto à segurança da comunidade local, com ocorrências de uso de drogas e pequenos conflitos.

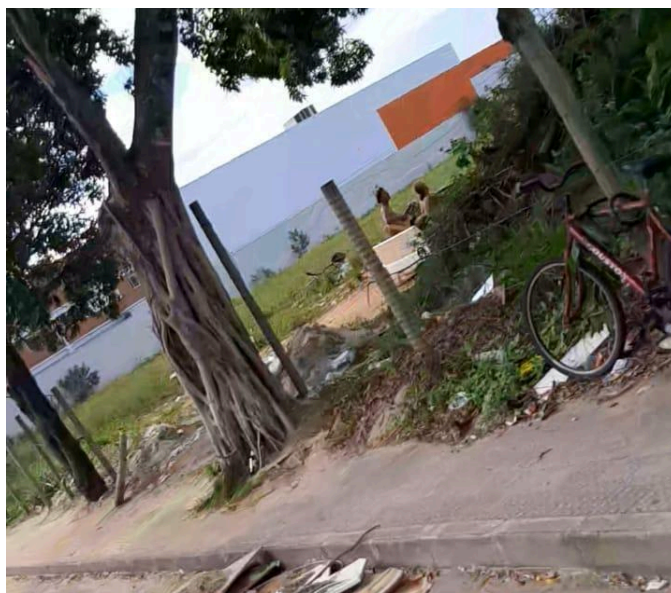
Dessa forma, a verificação e o recolhimento dos moradores de rua é justificada pela necessidade de proteger a saúde, a segurança e a dignidade da população vulnerável, bem como de garantir o bem-estar da comunidade local.

Plenário Ewerson de Abreu Sodré, 02 de abril de 2025.

VINÍCIUS LINO
Vereador - PL

ANEXOS







Guarapari, 04 de abril de 2025.

De: Gabinete do Vereador Vinicius Lino de Nascimento

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 1302/2025

Proposição: Indicação nº 656/2025

Autoria: Vinicius Lino

Ementa: SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA, QUE INTERVENHA NA CONCENTRAÇÃO DE MORADORES DE RUA NA R. JOÃO ALBERTO GRACHER, PRAIA DO MORRO.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Proposição

Ação realizada: Proposição Protocolada

Próxima Fase: Para Ciência e Providencia

Protocolo Automático













21271 / 2025

08/08/2025 12:49

Câmara Munic
Estado do I
Secretari



REQUERENTE: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Grupo do Assunto: ENCAMINHANDO

Assunto: ENCAMINHANDO

ENC ATRAVÉS DO OFÍCIO N° 099/2025 REQUERIMENTO E
INDICAÇÕES APROVADOS NA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA
07/08/2025

OFÍCIO n°. 099/2025/SL/CMG

Ao Excelentíssimo Senhor
RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal de Guarapari/ES

Assunto: Encaminha Requerimento e Indicações aprovados na 27ª Sessão Ordinária de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para as devidas providências legais, **cópias dos Requerimentos n°s 066, 067, 072 e 073/2025 e cópias das Indicações n°s 118, 119, 152, 179, 229, 230, 258, 260, 261, 262, 264, 265, 317, 318, 320, 329, 330, 331, 332, 333, 340, 341, 348, 349, 356, 357, 375, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 418, 419, 423, 427, 428, 430, 431, 432, 433, 434, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 489, 490, 491, 492, 493, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 579, 580, 581, 584, 585, 586, 587, 588, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 802, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 834, 842, 846, 862, 863, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 908, 939, 940, 941, 948, 949, 955, 956, 957, 958, 959, 964, 965, 966, 969, 971, 973, 979, 980, 981, 982, 983, 1003, 1004, 1005, 1006, 1008, 1009, 1010, 1011, 1012, 1013, 1014, 1015, 1018, 1021, 1022, 1023, 1025, 1026, 1030, 1031, 1032, 1033, 1034, 1035, 1042, 1043, 1044, 1045, 1046, 1047, 1048, 1049, 1050, 1051, 1054, 1055, 1056, 1057, 1058, 1059, 1060, 1061, 1062, 1063, 1067, 1068, 1076, 1077, 1078, 1079, 1081, 1084, 1085, 1086, 1087, 1088, 1089, 1090, 1091, 1092, 1146, 1167 e 1179/2025, APROVADOS na 27ª Sessão Ordinária do dia 07 de agosto de 2025.**

No oportuno, aproveito para reiterar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente, **SABRINA BUBACH** Assinado de forma digital por
ASTORI:12390972 SABRINA BUBACH
713 ASTORI:12390972713
Dados: 2025.08.08 09:28:02
+03'00'

SABRINA BUBACH ASTORI
Presidente da Câmara Municipal de Guarapari





N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
2564/2025	2681/2025	22/07/2025 19:34:14	22/07/2025 19:34:13

Tipo

PROJETO DE LEI

Número

135/2025

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

DENIZART ZAZÁ

Ementa:

DISPÕE SOBRE O ACESSO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE ESTIMAÇÃO, EM TODA CASA DE PASSAGEM, ABRIGO E CENTRO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (MORADORES DE RUA), COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO AO ABRIGAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS PERTENCENTES À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.



PROJETO DE LEI Nº. / 2025

DISPÕE SOBRE O ACESSO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE ESTIMAÇÃO, EM TODA CASA DE PASSAGEM, ABRIGO E CENTRO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (MORADORES DE RUA), COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO AO ABRIGAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS PERTENCENTES À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Autor: Vereador Denizart Zazá

LEI:

Art. 1º. O Poder Executivo deverá disponibilizar nos abrigos emergências, casas de passagem, albergues e centro de serviços destinados ao atendimento das pessoas em situação de vulnerabilidade (moradores de rua), espaços específicos para o acesso, abrigamento e alimentação dos seus animais de estimação que estão sob a responsabilidade dos usuários.

Art. 2º. Os espaços destinados ao abrigamento e atendimento dos animais deverão:

I – ser planejados de forma a garantir a segurança, o bem-estar e a saúde dos animais;

II – dispor de condições adequadas de higiene, ventilação e iluminação;

Rua Joaquim da Silva Lima, nº 167, Centro – Guarapari / ES, CEP nº 29.200-260



Tel.: (27) 9.9846-4441 e-mail: vereadordenizartzaza@gmail.com
com o identificador 330033003300390033003A00500052004100010 assinado digitalmente conforme MP 2.200-2/2001-2004, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

fls. 2

A maioria das pessoas que vivem nessa condição, perderam todos os vínculos com família e amigos, entretanto, como seres sencientes, os animais não humanos, criam relações estreitas com o seu tutor e o carinho e a lealdade são inquebráveis.

Ao oferecer espaços específicos, para o abrigo desses animais, este projeto busca remover essa barreira, ampliando o acesso aos serviços de acolhimento e assistência social também para os animais dos moradores de rua.

Os espaços destinados ao abrigo deverão ser planejados com infraestrutura que assegure a saúde, a segurança e o conforto dos animais, atendendo a critérios básicos de higiene, ventilação e iluminação.

A possibilidade de gestão compartilhada, com a participação de organizações da sociedade civil, também favorece a eficiência e a ampliação do atendimento, unindo esforços entre o poder público e a sociedade.

Ressalte-se que a execução desta iniciativa estará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira do município, respeitando as normas referentes à responsabilidade fiscal e as competências administrativas privativas do Prefeito do Município de Guarapari.

Ante o acima exposto e certo do apoio de todos os vereadores desta casa legislativa, submeto ao Plenário da Câmara de Vereadores do Município de Guarapari (ES), para votação e aprovação, o presente Projeto de Lei que dispõe acerca da disponibilização pelo Poder Executivo de espaços específicos para o acesso, abrigo e alimentação de animais de estimação pertencentes à população em situação de rua, nas dependências de toda Casa de Passagem, Albergue, Abrigo e centros de serviços no município de Guarapari. Frisando que este Projeto de Lei, caso aprovado, trará grande benefício social aos idosos do município.

Guarapari-ES, 21 de julho de 2025.

DENIZART ZAZÁ
VEREADOR

CMG/GAB/VEREADOR/ZAZÁ/cms





Guarapari, 22 de julho de 2025.

De: Gabinete do Vereador Denizart Zaza

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 2564/2025

Proposição: Projeto de Lei nº 135/2025

Autoria: Denizart Zazá

Ementa: DISPÕE SOBRE O ACESSO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE ESTIMAÇÃO, EM TODA CASA DE PASSAGEM, ABRIGO E CENTRO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (MORADORES DE RUA), COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO AO ABRIGAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS PERTENCENTES À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Proposição

Ação realizada: Proposição Protocolada

Descrição: Processo Protocolado e formalizado contendo XX folhas, segue para as devidas providências.

Próxima Fase: Para Admissão de Juízo de Admissibilidade

Protocolo Automático





Ementa: DISPÕE SOBRE O ACESSO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE ESTIMAÇÃO, EM TODA CASA DE PASSAGEM, ABRIGO E CENTRO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (MORADORES DE RUA), COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO AO ABRIGAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS PERTENCENTES À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Sabrina Astori
Vereadora



Ementa: DISPÕE SOBRE O ACESSO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS E DE ESTIMAÇÃO, EM TODA CASA DE PASSAGEM, ABRIGO E CENTRO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE (MORADORES DE RUA), COM DISPONIBILIZAÇÃO DE ESPAÇO DESTINADO AO ABRIGAMENTO E ALIMENTAÇÃO DE ANIMAIS PERTENCENTES À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Aguardando Inclusão em Pauta

Ação realizada: Arquivar

Descrição:
Por ordem da Mesa, archive-se na forma do art. 102 do Regimento Interno.

Próxima Fase: Arquivado no setor

VINICIUS RIBEIRO CORTAZIO
Secretário Geral da Mesa
32569



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o código 3180908880308880803083A86006004000. Para assinar, digite o código e
confirme em P. 2002/2002/2004, insira o seu CPF e a sua data de nascimento. CPF: 000.000.000-00. Brasil.

fls. 8



N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
2356/2025	2457/2025	23/06/2025 21:31:58	23/06/2025 21:31:58

Tipo

REQUERIMIENTO

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

DENIZART ZAZÁ

Co-autor(es):

ANSELMO BIGOSSO, DITO XARÉU

Ementa:

Requer, nos termos do art. 139, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapari, autorização do Plenário para a convocação das seguintes secretarias e órgãos municipais para participarem de Reunião Pública a ser realizada no dia 30 de junho de 2025 (segunda-feira), às 19h, no Plenário Ewerson de Abreu Sodré, com o tema: “Diagnóstico da realidade local da população em situação de rua quanto ao uso problemático de álcool e outras drogas”.



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 320039003200390034003A003400520040000, assinando digitalmente conforme MP 2002-2002/2004, instituída pela Lei nº 11.367, de 09.09.2006 (CP-BCS Brasil).





REQUERIMENTO Nº ____/2025

(Da Comissão de Política sobre Drogas)

Requer, nos termos do art. 139, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapari, autorização do Plenário para a convocação das seguintes secretarias e órgãos municipais para participarem de Reunião Pública a ser realizada no dia **30 de junho de 2025 (segunda-feira)**, às **19h**, no **Plenário Ewerson de Abreu Sodré**, com o tema:

“Diagnóstico da realidade local da população em situação de rua quanto ao uso problemático de álcool e outras drogas”.

Excelentíssima Senhora Presidente,

O Vereador que esta subscreve, na qualidade de Presidente da Comissão Permanente de Políticas sobre Drogas, e em consonância com a deliberação unânime dos demais membros desta Comissão, vem, respeitosamente, requerer, nos termos do art. 139, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapari, autorização do Plenário para a convocação dos seguintes órgãos e secretarias:

- ⑩ **Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transporte – SEMSET**
- ⑩ **Secretaria Municipal de Comunicação Social – SEMCOS**
- ⑩ **Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania – SEMTAC**
- ⑩ **Secretaria Municipal de Turismo – SEMTUR**
- ⑩ **Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA**
- ⑩ **Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento de Guarapari – CODEG**
- ⑩ **Secretaria Municipal da Saúde – SEMSA**

A referida Reunião Pública visa:

- ⑩ Ouvir relatos de profissionais e instituições que atuam diretamente com a população em situação de rua (como Centro POP, consultórios na rua, conselhos tutelares, comunidades terapêuticas);

Assinado digitalmente por ANSELMO
POMPERMAYER BIGOSI:8099003720 Data: 24/06/2025 11:01:00

Assinado digitalmente por MARCIAL SOUZA
ALMEIDA:88095738700 Data: 24/06/2025
10:39:46

Assinado digitalmente por DENIZART LUIZ DO
NASCIMENTO:78853524715 Data: 23/06/2025
21:31:53





- 10 Avaliar as políticas públicas existentes nos eixos de saúde, assistência social e redução de danos;
- 10 Identificar lacunas nos serviços, barreiras de acesso ao acolhimento, tratamento e reinserção social;
- 10 Promover o diálogo intersetorial entre secretarias municipais, buscando ações coordenadas, humanizadas e eficazes;
- 10 Debater encaminhamentos concretos como: ampliação das equipes de abordagem, criação/fortalecimento de abrigos com suporte psicossocial, parcerias com entidades sociais, campanhas educativas e definição de cronograma de audiências e visitas técnicas.

Diante da relevância do tema e do interesse coletivo, solicitamos autorização do Plenário para convocação dos representantes das secretarias e entidades mencionadas.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2025

Documento assinado digitalmente
gov.br DENIZART LUIZ DO NASCIMENTO
Data: 23/06/2025 15:45:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DENIZART ZAZÁ
Presidente

ALSEMO BIGOSSO
Membro

DITO XARÉU
Relator



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330035003200350034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Guarapari, 23 de junho de 2025.

De: Gabinete do Vereador Denizart Zaza

Para: Presidência

Referência:

Processo nº 2356/2025

Proposição: Requerimento nº 69/2025

Autoria: Denizart Zazá

Ementa: Requer, nos termos do art. 139, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapari, autorização do Plenário para a convocação das seguintes secretarias e órgãos municipais para participarem de Reunião Pública a ser realizada no dia 30 de junho de 2025 (segunda-feira), às 19h, no Plenário Ewerson de Abreu Sodré, com o tema: “Diagnóstico da realidade local da população em situação de rua quanto ao uso problemático de álcool e outras drogas”.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Protocolar Proposição

Ação realizada: Proposição Protocolada

Próxima Fase: Para Ciência e Providencia

Protocolo Automático





Ementa: Requer, nos termos do art. 139, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapari, autorização do Plenário para a convocação das seguintes secretarias e órgãos municipais para participarem de Reunião Pública a ser realizada no dia 30 de junho de 2025 (segunda-feira), às 19h, no Plenário Ewerson de Abreu Sodré, com o tema: “Diagnóstico da realidade local da população em situação de rua quanto ao uso problemático de álcool e outras drogas”.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Ciência e Providencia

Ação realizada: Dado Providência

Próxima Fase: Aguardando Inclusão em Pauta

Sabrina Astori
Vereadora



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o código 6390369032070600000203A52533A626000D, documento assinado digitalmente
conforme MP 2.202-02/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-
Brasil.







Guarapari, 27 de junho de 2025.

De: Secretaria Geral da Mesa

Para: Secretaria Legislativa

Referência:

Processo nº 2356/2025

Proposição: Requerimento nº 69/2025

Autoria: Denizart Zazá

Anselmo Bigossi - PTB, Dito Xaréu - PMN

Ementa: Requer, nos termos do art. 139, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guarapari, autorização do Plenário para a convocação das seguintes secretarias e órgãos municipais para participarem de Reunião Pública a ser realizada no dia 30 de junho de 2025 (segunda-feira), às 19h, no Plenário Ewerson de Abreu Sodré, com o tema: “Diagnóstico da realidade local da população em situação de rua quanto ao uso problemático de álcool e outras drogas”.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Para Recolhimento de Assinatura

Ação realizada: Assinado

Próxima Fase: Para Providências Regimentais

VINICIUS RIBEIRO CORTAZIO
Secretário Geral da Mesa
32569



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o código 6390369032073666939993A58533A626040D. Documento assinado digitalmente
conforme MP 2.202-2/2020, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 9

Assinado digitalmente por VINICIUS RIBEIRO
CORTAZIO:13465628730 Data: 27/06/2025
16:54:30





N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
3459/2025	3644/2025	08/10/2025 11:30:05	08/10/2025 11:30:04

Tipo

REQUERIMENTO

Número

88/2025

Principal/Acessório

Principal

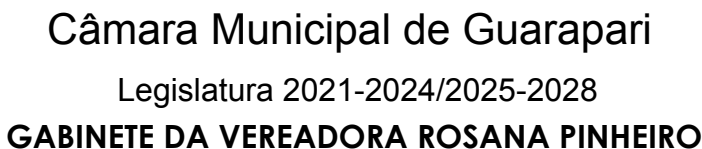
Autoria:

ROSANA PINHEIRO

Ementa:

Solicito informações detalhadas por meio da secretaria de assistência social, sobre as ações de abordagens à população em situação de vulnerabilidade social e sobre o planejamento para a nova localização do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que atualmente está localizado no bairro Perocão.





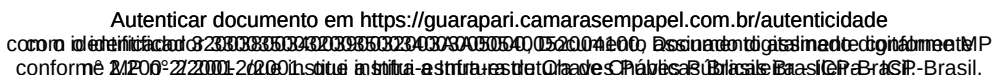
Solicito informações detalhadas sobre as ações de abordagem social à população em situação de vulnerabilidade e sobre o planejamento para a nova localização do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que atualmente está localizado no bairro Perocão.

Visando acompanhar e colaborar com as políticas públicas do município, venho por meio deste **Requerer** as seguintes informações detalhadas, em conformidade com o princípio da transparência da Administração Pública:

Solicito dados e informações detalhadas sobre as ações de abordagem social realizadas pela Secretaria nos bairros do município, com foco na população em situação de rua ou de extrema vulnerabilidade social, incluindo:

a) **Frequência e Metodologia:** Qual a frequência e os horários das abordagens sociais realizadas pelas equipes técnicas (população em situação de rua, crianças/adolescentes em trabalho infantil, etc.)? Qual a metodologia de trabalho utilizada para o contato e a

Sede da Câmara: Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari/ES, 29.200-180. Telefone: (27) 3361-1715



b) **Bairros Prioritários:** Quais bairros ou regiões do município estão sendo priorizados nessas ações, e qual o volume de atendimentos ou encaminhamentos realizados no último quadrimestre?

c) **Integração de Serviços:** Como se dá a articulação entre a abordagem social e os demais serviços (Saúde, Habitação, Emprego/Renda) para garantir o acolhimento e a reintegração dos indivíduos?

Solicito informações atualizadas e o planejamento da Secretaria a respeito do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), especialmente no que concerne à sua eventual ou planejada transferência de local, incluindo:

a) **Nova Localização:** Existe um novo endereço já definido para a transferência do Centro POP? Em caso afirmativo, qual é o endereço e o cronograma previsto para a mudança?

b) **Justificativa da Transferência:** Qual a motivação ou os critérios técnicos que embasam a decisão de transferir o Centro POP?

c) **Impacto nos Usuários:** Quais medidas estão sendo adotadas para garantir que a nova localização não dificulte o acesso dos usuários ao serviço e mantenha a qualidade do atendimento socioassistencial prestado?

Solicito que as informações requeridas sejam fornecidas no prazo legal, a fim de que a comunidade possa ter ciência das ações da pasta.

Na certeza do pronto e eficiente atendimento, reitero os votos de estima e consideração.

Rosana Pinheiro
Vereadora

Sede da Câmara: Rua Getúlio Vargas, nº 299, Centro, Guarapari/ES, 29.200-180. Telefone: (27) 3361-1715



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 82883835324623983532334303603056401526044160. Assinatura digitalmente com o certificado MP
conforme MP206-2/2000-2/2000 institui a estrutura de registro de Chaves Públicas Brasileiras (CP-Brasil).



Ementa: Solicito informações detalhadas por meio da secretaria de assistência social, sobre as ações de abordagens à população em situação de vulnerabilidade social e sobre o planejamento para a nova localização do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que atualmente está localizado no bairro Perocão.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Próxima Fase: Aguardando Inclusão em Pauta

Sabrina Astori
Vereadora



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o código de verificação 611098669369030693690306936903069040000 e no assinalado digitalmente
conforme Lei Nº 200-2/2002 e Lei Nº 2004, instituída pela Lei Nº 6.766/04 e Lei Nº 12.301/10, do Brasil.



Ementa: Solicito informações detalhadas por meio da secretaria de assistência social, sobre as ações de abordagens à população em situação de vulnerabilidade social e sobre o planejamento para a nova localização do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), que atualmente está localizado no bairro Perocão.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Aguardando Inclusão em Pauta

Ação realizada: Incluído em Pauta

Descrição:

PROPOSIÇÃO INCLUÍDA NA PAUTA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025.

Próxima Fase: Para leitura e Votação

Bernardo Garcia Carvalho
Oficial Administrativo



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o código de verificação 810968896809089909096883A96806B0D4b00e no assinador digital ou por meio
confirmação MP-2002/2000/2004, inscritos no site do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IBOPE Brasil.







Câmara Municipal de Guarapari
Estado do Espírito Santo
Secretaria Legislativa

OFÍCIO nº. 154/2025/SL/CMG

Guarapari - ES, 10 de outubro de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor
RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal de Guarapari/ES

Assunto: Encaminha requerimento e indicações aprovados na 40ª Sessão Ordinária de 2025.

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para as devidas providências legais, **cópia do requerimento n.º 088/2025 e cópias das Indicações n.ºs 1272, 1273, 1296, 1297, 1346, 1364, 1366, 1383, 1390, 1391, 1392, 1399, 1400, 1413, 1414, 1415, 1417, 1421 e 1422/2025, APROVADOS** na 40ª Sessão Ordinária do dia 09 de outubro de 2025.

No oportuno, aproveito para reiterar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972713

Assinado de forma digital por
SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972713
Dados: 2025.10.10 10:53:45 -03'00'

SABRINA BUBACH ASTORI
Presidente da Câmara Municipal de Guarapari

MUNICÍPIO DE GUARAPARI

27668 / 2025

15/10/2025 08:51



REQUERENTE: CAMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Grupo do Assunto: ENCAMINHANDO

Assunto: COPIAS DE REQUERIMENTOS

ENC ATRAVES DO OFICIO 154/2025 COPIA DO REQUERIMENTO 088/2025 E COPIAS DAS INDICAÇÕES 1272, 1273, 1296, 1297, 1346, 1364, 1366, 1383, 1390, 1391, 1392, 1399, 1400, 1413, 1414, 1415, 1417, 1421 E 1422/2025 APROVADOS NA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 09 DE OUTUBRO/2025

Rua Getúlio Va.

Email: presidencia@cmg.es.gov.br. Site: www.cmg.es.gov.br



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330035003800360038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
3930/2025	4141/2025	19/11/2025 10:20:36	19/11/2025 10:20:35

Tipo

PROJETO DE LEI

Número

221/2025

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

RODRIGO LEMOS BORGES

Ementa:

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº. /2025

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado no disposto no art. 88, V do LOM - Lei Orgânico do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal de Guarapari **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guarapari, o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social e Profissional, destinado a promover a empregabilidade e a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devidamente identificadas por meio de programas sociais ou medidas protetivas expedidas pela autoridade competente;

II – egressos do sistema prisional, desde que tenham cumprido integralmente pena privativa de liberdade e estejam em processo de reintegração social;

III – pessoas em situação de rua, que estejam inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que comprove a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

Art. 2º O programa tem por objetivo fomentar a inclusão produtiva e reduzir a vulnerabilidade social desses grupos, mediante a obrigação das empresas que celebrarem contratos com o Município a comprovarem o cumprimento das metas de contratação previstas nesta Lei.





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º As empresas que prestarem serviços públicos ou mantiverem contratos, convênios, permissões ou concessões com o Município de Guarapari e que possuam mais de 30 (trinta) empregados deverão manter, durante toda a vigência contratual, o mínimo de 5% (cinco por cento) de seus empregados pertencentes a um ou mais dos seguintes grupos:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II – egressos do sistema prisional, desde que em processo de reintegração social;

III – pessoas em situação de rua, inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que ateste a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

§1º Quando a empresa possuir entre 10 (dez) a 30 (trinta) empregados, deverá manter, no mínimo, 1 (um) trabalhador pertencente a qualquer dos grupos previstos neste artigo.

§2º Para efeito de cumprimento da obrigação prevista neste artigo, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) poderá ser atendido de forma cumulativa ou somada entre os grupos mencionados nos incisos I, II e III, permitindo que a empresa opte por contratar beneficiários de um ou mais segmentos, desde que o total de contratados corresponda ao percentual exigido.

§3º A comprovação da condição dos empregados enquadrados nos incisos I a III deverá ser realizada por meio de documentação emitida pelos órgãos e entidades competentes, nos termos do regulamento.

§4º O descumprimento às cotas implicará em advertência, multa administrativa e possibilidade de rescisão contratual, nos termos do edital e da legislação municipal aplicável, salvo se a empresa comprovar que as vagas disponibilizadas não foram preenchidas por ausência de pessoas interessadas.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania, regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo critérios, prazos, formas de comprovação e monitoramento do programa.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo firmar convênios com o Governo do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Sistema “S”, universidades e entidades do terceiro setor, visando à qualificação profissional e acompanhamento psicossocial dos beneficiários.





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 6º A aplicação desta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da função social da empresa e da eficiência administrativa, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari- ES., 06 de novembro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Processo Administrativo Nº. 7897/2025





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari – ES., 06 de novembro de 2025.

MENSAGEM Nº. 085/2025

Senhora Presidente e Demais Vereadores,

Encaminho, para apreciação e deliberação dessa Egrégia Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei Ordinária, que “Institui o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social e Profissional no Município de Guarapari, destinado a promover a empregabilidade e a inclusão produtiva de mulheres vítimas de violência doméstica, egressos do sistema prisional e pessoas em situação de rua, e dá outras providências.”

A proposta tem por objetivo fortalecer políticas públicas de reinserção social e de promoção da dignidade humana, assegurando oportunidades de trabalho e renda a grupos historicamente vulneráveis. O programa prevê a obrigatoriedade, às empresas contratadas ou conveniadas com o Poder Público Municipal, de manter percentual mínimo de trabalhadores oriundos desses segmentos, contribuindo para a redução da desigualdade social e o fortalecimento da função social do trabalho.

A iniciativa observa os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da função social da empresa e da eficiência administrativa, em consonância com a Constituição Federal e com a Lei Orgânica Municipal, especialmente os artigos que asseguram a inclusão social e a promoção do trabalho digno como instrumentos de cidadania.

Trata-se, portanto, de medida de alto alcance social, que reforça o compromisso do Município de Guarapari com a inclusão produtiva e a responsabilidade social, sem gerar impacto orçamentário direto, uma vez que não cria benefícios fiscais nem institui renúncia de receita.

Diante do exposto, submeto o Projeto de Lei à elevada apreciação e votação em **regime de urgência**, nos termos do art. 65 da Lei Orgânica Municipal - LOM desta Casa Legislativa, confiando em sua costumeira sensibilidade para o reconhecimento da relevância da matéria e sua aprovação.

Atenciosamente,

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Excelentíssima Senhora
VEREADORA SABRINA BUBACH ASTORI
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES





Ementa: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Assinado digitalmente por SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972713 Data: 19/11/2025 13:58:31





Ementa: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Descrição:
PROPOSIÇÃO BAIXADA ÀS COMISSÕES NA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2025.

Próxima Fase: Para Emissão de Parecer

VINICIUS RIBEIRO CORTAZIO
Secretário Geral da Mesa
32569

[illegible]









Câmara Municipal de Guarapari
Estado do Espírito Santo

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº. 221/2025

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário APROVOU a seguinte

LEI

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guarapari, o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social e Profissional, destinado a promover a empregabilidade e a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devidamente identificadas por meio de programas sociais ou medidas protetivas expedidas pela autoridade competente;

II – pessoas em situação de rua, que estejam inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que comprove a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

Art. 2º O programa tem por objetivo fomentar a inclusão produtiva e reduzir a vulnerabilidade social desses grupos, mediante a obrigação das empresas que celebrarem contratos com o Município a comprovarem o cumprimento das metas de contratação previstas nesta Lei.

Art. 3º As empresas que prestarem serviços públicos ou mantiverem contratos, convênios, permissões ou concessões com o Município de Guarapari e que possuam mais de 30 (trinta) empregados deverão manter, durante toda a vigência contratual, o mínimo de 5% (cinco por cento) de seus empregados pertencentes a um ou mais dos seguintes grupos:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II – pessoas em situação de rua, inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que ateste a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.





Câmara Municipal de Guarapari

Estado do Espírito Santo

§1º Quando a empresa possuir entre 10 (dez) a 30 (trinta) empregados, deverá manter, no mínimo, 1 (um) trabalhador pertencente a qualquer dos grupos previstos neste artigo.

§2º Para efeito de cumprimento da obrigação prevista neste artigo, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) poderá ser atendido de forma cumulativa ou somada entre os grupos mencionados nos incisos I, II e III, permitindo que a empresa opte por contratar beneficiários de um ou mais segmentos, desde que o total de contratados corresponda ao percentual exigido.

§3º A comprovação da condição dos empregados enquadrados nos incisos I a III deverá ser realizada por meio de documentação emitida pelos órgãos e entidades competentes, nos termos do regulamento.

§4º O descumprimento às cotas implicará em advertência, multa administrativa e possibilidade de rescisão contratual, nos termos do edital e da legislação municipal aplicável, salvo se a empresa comprovar que as vagas disponibilizadas não foram preenchidas por ausência de pessoas interessadas.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania, regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo critérios, prazos, formas de comprovação e monitoramento do programa.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo firmar convênios com o Governo do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Sistema "S", universidades e entidades do terceiro setor, visando à qualificação profissional e acompanhamento psicossocial dos beneficiários.

Art. 6º A aplicação desta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da função social da empresa e da eficiência administrativa, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Guarapari/ES, 03 de dezembro de 2025.

COMISSÃO DE REDAÇÃO E JUSTIÇA

ROSANA PINHEIRO
Presidente

KAMILA ROCHA
Relatora

ANSELMO BIGOSSO
Membro

Autoria do Projeto: Prefeito Municipal

Autoria da Emenda Modificativa nº 002/2025: Ver. Tainá Coutinho



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330039003900390039003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

AUTÓGRAFO

(PROJETO DE LEI Nº. 221/2025)

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 67 da Lei Orgânica Municipal e tendo aprovado o presente **Projeto de Lei nº 221/2025**, resolve enviá-lo a S. Exa., o Senhor Prefeito Municipal, para fins os fins legais e constitucionais:

A CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DECRETA A SEGUINTE:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guarapari, o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social e Profissional, destinado a promover a empregabilidade e a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devidamente identificadas por meio de programas sociais ou medidas protetivas expedidas pela autoridade competente;

II – pessoas em situação de rua, que estejam inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que comprove a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

Art. 2º O programa tem por objetivo fomentar a inclusão produtiva e reduzir a vulnerabilidade social desses grupos, mediante a obrigação das empresas que celebrarem contratos com o Município a comprovarem o cumprimento das metas de contratação previstas nesta Lei.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 3º As empresas que prestarem serviços públicos ou mantiverem contratos, convênios, permissões ou concessões com o Município de Guarapari e que possuam mais de 30 (trinta) empregados deverão manter, durante toda a vigência contratual, o mínimo de 5% (cinco por cento) de seus empregados pertencentes a um ou mais dos seguintes grupos:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II – pessoas em situação de rua, inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que ateste a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

§1º Quando a empresa possuir entre 10 (dez) a 30 (trinta) empregados, deverá manter, no mínimo, 1 (um) trabalhador pertencente a qualquer dos grupos previstos neste artigo.

§2º Para efeito de cumprimento da obrigação prevista neste artigo, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) poderá ser atendido de forma cumulativa ou somada entre os grupos mencionados nos incisos I, II e III, permitindo que a empresa opte por contratar beneficiários de um ou mais segmentos, desde que o total de contratados corresponda ao percentual exigido.

§3º A comprovação da condição dos empregados enquadrados nos incisos I a III deverá ser realizada por meio de documentação emitida pelos órgãos e entidades competentes, nos termos do regulamento.

§4º O descumprimento às cotas implicará em advertência, multa administrativa e possibilidade de rescisão contratual, nos termos do edital e da legislação municipal aplicável, salvo se a empresa comprovar que as vagas disponibilizadas não foram preenchidas por ausência de pessoas interessadas.

Art. 4º Compete à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania, regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo critérios, prazos, formas de comprovação e monitoramento do programa.

Art. 5º Fica autorizado o Poder Executivo firmar convênios com o Governo do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Sistema “S”, universidades e entidades do terceiro setor, visando à qualificação profissional e acompanhamento psicossocial dos beneficiários.





CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 6º A aplicação desta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da função social da empresa e da eficiência administrativa, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de novembro de 2025.

SABRINA BUBACH

ASTORI:12390972713

Assinado de forma digital por

SABRINA BUBACH

ASTORI:12390972713

Dados: 2025.12.11 11:14:20 -03'00'

SABRINA BUBACH ASTORI

Presidente da Câmara Municipal de Guarapari





Guarapari, 12 de dezembro de 2025.

De: Secretaria Legislativa

Para: Prefeitura Municipal de Guarapari

Referência:

Processo n° 3930/2025

Proposição: Projeto de Lei nº 221/2025

Autoria: Rodrigo Borges

Ementa: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Fase Atual: Encaminhar Ofício ao Executivo

Ação realizada: Ofício encaminhado

Descrição:

OFÍCIO ENCAMINHADO AO EXECUTIVO, CONFORME CÓPIA EM ANEXO.
AGUARDANDO SANÇÃO OU VETO.

Próxima Fase: Para Ciência e Providencia PMG

VINICIUS RIBEIRO CORTAZIO

Secretário Geral da Mesa

32569



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>

com o código de verificação: 018966690807089669070803A666066D4b00eProAssimilacão digital do texto e
conforme PNMP-2002/2000/2004, inscrito no sistema de controle da Lei nº 12.345/2011, Brasília - DF, Brasil.

fls. 20



Câmara Municipal de Guarapari
Estado do Espírito Santo
Secretaria Legislativa

OFÍCIO nº. 224/2025/SL/CMG

Guarapari - ES, 10 de dezembro de 2025

Ao Excelentíssimo Senhor
RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal de Guarapari/ES

Assunto: Encaminha Autógrafo do Projeto de Lei nº 221/2025.

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para as devidas providências legais, o **AUTÓGRAFO do Projeto de Lei nº 221/2025, APROVADO, COM EMENDA**, na 10ª Sessão Extraordinária do dia 03 de dezembro de 2025.

No oportuno, aproveito para reiterar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972
713

Assinado de forma digital
por SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972713
Dados: 2025.12.11 12:44:22
-03'00'

SABRINA BUBACH ASTORI
Presidente da Câmara Municipal de Guarapari





CAPA

Nº processo : 301804252/2025

Autor: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Setor: Empresa Privada

Data : 12/12/2025

Resumo : Assunto: Encaminha Autógrafo do Projeto de Lei nº
221/2025.



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330038003800380038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.





PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº. 5.162, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município – **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guarapari, o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social e Profissional, destinado a promover a empregabilidade e a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devidamente identificadas por meio de programas sociais ou medidas protetivas expedidas pela autoridade competente;

II – pessoas em situação de rua, que estejam inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que comprove a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

Art. 2º O programa tem por objetivo fomentar a inclusão produtiva e reduzir a vulnerabilidade social desses grupos, mediante a obrigação das empresas que celebrarem contratos com o Município a comprovarem o cumprimento das metas de contratação previstas nesta Lei.





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 3º. As empresas que prestarem serviços públicos ou mantiverem contratos, convênios, permissões ou concessões com o Município de Guarapari e que possuam mais de 30 (trinta) empregados deverão manter, durante toda a vigência contratual, o mínimo de 5% (cinco por cento) de seus empregados pertencentes a um ou mais dos seguintes grupos:

I – mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II – pessoas em situação de rua, inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que ateste a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

§1º Quando a empresa possuir entre 10 (dez) a 30 (trinta) empregados, deverá manter, no mínimo, 1 (um) trabalhador pertencente a qualquer dos grupos previstos neste artigo.

§2º Para efeito de cumprimento da obrigação prevista neste artigo, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) poderá ser atendido de forma cumulativa ou somada entre os grupos mencionados nos incisos I e II, permitindo que a empresa opte por contratar beneficiários de um ou mais segmentos, desde que o total de contratados corresponda ao percentual exigido.

§3º A comprovação da condição dos empregados enquadrados nos incisos I a II deverá ser realizada por meio de documentação emitida pelos órgãos e entidades competentes, nos termos do regulamento.

§4º O descumprimento às cotas implicará em advertência, multa administrativa e possibilidade de rescisão contratual, nos termos do edital e da legislação municipal aplicável, salvo se a empresa comprovar que as vagas disponibilizadas não foram preenchidas por ausência de pessoas interessadas.

Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania, regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo critérios, prazos, formas de comprovação e monitoramento do programa.





**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Art. 5º. Fica autorizado o Poder Executivo firmar convênios com o Governo do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Sistema “S”, universidades e entidades do terceiro setor, visando à qualificação profissional e acompanhamento psicossocial dos beneficiários.

Art. 6º. A aplicação desta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da função social da empresa e da eficiência administrativa, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari – ES., 12 de janeiro de 2026.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL Nº. 221/2025: Poder Executivo Municipal
Redação Final com Emendas: Poder Legislativo Municipal
Processo Administrativo Nº. 301804252/2025



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330035003200350034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



**PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE GUARAPARI
GABINETE DO PREFEITO**

Guarapari – ES., 12 de janeiro de 2026.

OF. GAB. CMG Nº. 009/2026

**A Excelentíssima Senhora
Vereadora SABRINA BUBACH ASTORI
MD. Presidente da Câmara Municipal de Guarapari – ES.**

Sirvo-me do presente para encaminhar a essa Colenda Casa Legislativa, o sancionamento da Lei Ordinária Nº. 5.162/2026, aprovada por esse Parlamento Municipal, originada do caderno processual administrativo nº. 301804252/2025.

Atenciosamente,

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por:
RODRIGO LEMOS BORGES
CPF: ***.648.607.**
Data: 12/01/2026 10:44:44 -03:00

noPaper



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 330035003200350034003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 27



Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL N.º. 202/2025: Poder Executivo Municipal
Processo Administrativo N.º. 301804278/2025

aprovada por esse Parlamento Municipal, originada do caderno processual administrativo nº. 301804278/2025.

Atenciosamente,

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocollo 1704974

LEI N.º. 5.162, DE 12 DE JANEIRO DE 2026.

INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, alicerçado nas disposições do Art. 88, inciso V, da Lei Orgânica do Município - **LOM**, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Guarapari, o Programa Municipal de Incentivo à Inclusão Social e Profissional, destinado a promover a empregabilidade e a inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social, compreendendo:

I - mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, devidamente identificadas por meio de programas sociais ou medidas protetivas expedidas pela autoridade competente;

II - pessoas em situação de rua, que estejam inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que comprove a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

Art. 2º O programa tem por objetivo fomentar a inclusão produtiva e reduzir a vulnerabilidade social desses grupos, mediante a obrigação das empresas que celebrarem contratos com o Município a comprovarem o cumprimento das metas de contratação previstas nesta Lei.

Art. 3º. As empresas que prestarem serviços públicos ou mantiverem contratos, convênios, permissões ou concessões com o Município de Guarapari e que possuam mais de 30 (trinta) empregados deverão manter, durante toda a vigência contratual, o mínimo de 5% (cinco por cento) de seus empregados pertencentes a um ou mais dos seguintes grupos:

I - mulheres vítimas de violência doméstica e familiar;

II - pessoas em situação de rua, inseridas em programas de acolhimento, capacitação ou reinserção no mercado de trabalho, mediante parecer técnico favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social que ateste a condição e a aptidão para o exercício da atividade laboral.

§1º Quando a empresa possuir entre 10 (dez) a 30 (trinta) empregados, deverá manter, no mínimo, 1 (um) trabalhador pertencente a qualquer dos grupos previstos neste artigo.

§2º Para efeito de cumprimento da obrigação prevista neste artigo, o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) poderá ser atendido de forma cumulativa ou somada entre os grupos mencionados nos incisos I e II, permitindo que a empresa opte por contratar beneficiários de um ou mais segmentos, desde que o total de contratados corresponda ao percentual exigido.

§3º A comprovação da condição dos empregados enquadrados nos incisos I a II deverá ser realizada por meio de documentação emitida pelos órgãos e entidades competentes, nos termos do regulamento.

§4º O descumprimento às cotas implicará em advertência, multa administrativa e possibilidade de rescisão contratual, nos termos do edital e da legislação municipal aplicável, salvo se a empresa comprovar que as vagas disponibilizadas não foram preenchidas por ausência de pessoas interessadas.

Art. 4º. Compete à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania, regulamentar a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, estabelecendo critérios, prazos, formas de comprovação e monitoramento do programa.

Art. 5º. Fica autorizado o Poder Executivo firmar convênios com o Governo do Estado, o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Sistema “S”, universidades e entidades do terceiro setor, visando à qualificação profissional e acompanhamento psicossocial dos beneficiários.

Art. 6º. A aplicação desta Lei observará os princípios da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da função social da empresa e da eficiência administrativa, conforme preconizado pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarapari - ES., 12 de janeiro de 2026.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Projeto de Lei (PL)
Autoria do PL Nº. 221/2025: Poder Executivo
Municipal
Redação Final com Emendas: Poder Legislativo
Municipal
Processo Administrativo Nº. 301804252/2025

Protocolo 1705608

fls. 29



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade> com o identificador 3300335003200350038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Ementa: INSTITUI O PROGRAMA MUNICIPAL DE INCENTIVO À INCLUSÃO SOCIAL E PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, DESTINADO A PROMOVER A EMPREGABILIDADE E A INCLUSÃO PRODUTIVA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL E PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Assinado digitalmente por SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972713 Data: 17/04/2026 10:08:59



**EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE GUARAPARI/ES, VEREADORA SABRINA ASTORI.**

O **Vereador Vinícius Lino**, no uso de suas atribuições regimentais, artigos 95, §1º, do Regimento Interno, requer a Vossa Excelência, depois de ouvido o plenário, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, a presente:

INDICAÇÃO Nº _____/2026

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA QUE REALIZE O BLOQUEIO OU REVISÃO DO BENEFÍCIO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA QUE RECUSAREM ACOLHIMENTO E OPORTUNIDADES DE TRABALHO OFERTADAS.

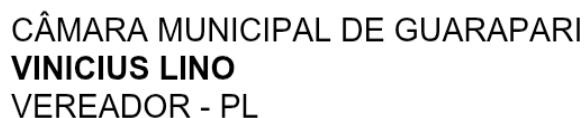
JUSTIFICATIVA

A presente indicação tem como objetivo fortalecer as políticas públicas de assistência social e garantir que os benefícios sociais cumpram sua finalidade de promover a superação da vulnerabilidade e a reinserção social dos cidadãos.

É de conhecimento público que o Município realiza, por meio da rede de assistência social, diversas ações de abordagem e acolhimento às pessoas em situação de rua. Entretanto, observa-se que parte dessas pessoas recusa reiteradamente tais oportunidades, permanecendo nas vias públicas.

Além disso, sabe-se que, em alguns casos, os recursos provenientes de benefícios sociais acabam sendo utilizados para a compra de entorpecentes, o que contribui para a manutenção da situação de vulnerabilidade, agravando problemas sociais e de segurança urbana.





O VEREADOR DA DIREITA
VINICIUS
>>> LINO
CORAGEM PARA LUTAR POR GUARAPARI

É importante ressaltar que a medida visa incentivar a adesão às políticas de reinserção social, garantindo que os recursos públicos sejam destinados efetivamente à promoção da dignidade humana e à superação da situação de rua.

Dessa forma, entende-se que, quando houver recusa reiterada das alternativas de acolhimento e trabalho disponibilizadas pelo Poder Público, é necessário que o Município comunique tais situações aos órgãos responsáveis pela gestão do Programa Bolsa Família, para que seja realizada análise e eventual bloqueio ou revisão do benefício, conforme a legislação vigente.

Plenário Ewerson de Abreu Sodré, 12 de março de 2026.

VINICIUS LINO
Vereador - PL









N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
1230/2026	1271/2026	05/05/2026 08:17:44	05/05/2026 08:17:40

Tipo

REQUERIMENTO

Número

42/2026

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

TAINA COUTINHO GUIMARÃES DOS SANTOS

Ementa:

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.





REQUERIMENTO nº /2026
(Da Sra. Vereadora Tainá Coutinho)

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

A Vereadora abaixo assinado, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, requer de Vossa Excelência, com fundamento no artigo 95, § 1º do Regimento Interno, depois de ouvido o Plenário, que seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal o seguinte **REQUERIMENTO**:

Solicito ao Chefe do Poder Executivo Municipal que encaminhe a esta Casa de Leis informações detalhadas acerca das políticas públicas atualmente implementadas no Município de Guarapari voltadas ao atendimento da população em situação de rua.

Requer-se que sejam especificadas as ações, programas e serviços ofertados, incluindo acolhimento institucional, atendimento socioassistencial, abordagens de rua, acesso à alimentação, saúde, higiene e reinserção social, bem como a estrutura disponível para execução dessas políticas.

Solicita-se, ainda, informações quanto ao número estimado de pessoas em situação de rua no município, a existência de cadastro atualizado, os locais de atendimento e acolhimento, bem como os critérios adotados para inclusão nos programas sociais.

Requer-se também que sejam informados os recursos financeiros destinados a essas políticas, as secretarias envolvidas na execução das ações, a existência de parcerias com outras instituições e os resultados obtidos até o momento, incluindo indicadores de atendimento e reinserção social.



**Câmara Municipal de Guarapari Estado do Espírito Santo
Gabinete Vereadora Tainá Coutinho**

Anexo da Câmara: Rua Joaquim da Silva Lima, nº 167, sala 12, Centro,
Guarapari/ES.CEP:29.200-260. Telefone: (27) 99993-5582. email:
gabvertainacoutinho@cmg.es.gov.br Site: www.cmg.es.gov.br



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
como informado no documento original. Assinado digitalmente por TAINA COUTINHO
conforme 21200°222000-202000, que institui a estrutura do Poder Público Municipal de Guarapari-ES, Brasil.



Por fim, solicita-se esclarecimentos acerca de eventuais planejamentos futuros para ampliação ou reestruturação das políticas voltadas a esse público, considerando o aumento da demanda e a necessidade de ações integradas que garantam dignidade e proteção social.

A presente solicitação tem como objetivo assegurar transparência na execução das políticas públicas e permitir o acompanhamento por parte do Poder Legislativo, contribuindo para o aprimoramento das ações voltadas à população em situação de vulnerabilidade extrema

Sala das Sessões. 04 de maio de 2026.

TAINÁ COUTINHO GUIMARÃES DOS SANTOS
Vereadora de Guarapari



Câmara Municipal de Guarapari Estado do Espírito Santo
Gabinete Vereadora Tainá Coutinho

Anexo da Câmara: Rua Joaquim da Silva Lima, nº 167, sala 12, Centro,
Guarapari/ES.CEP:29.200-260. Telefone: (27) 99993-5582. email:
gabvertainacoutinho@cmg.es.gov.br Site: www.cmg.es.gov.br



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
como instrumento de identificação e assinatura digital, de acordo com o disposto no MP nº 2.200-2/2001, e a Lei nº 11.343/2006, que institui a estrutura do Poder Público Brasileiro, conforme o disposto no art. 10º, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



Ementa: SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

fls. 4



Ementa: SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Sabrina Astori
Vereadora









Ementa: SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL INFORMAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Sabrina Astori
Vereadora





CAPA

Nº processo : 16154/2026

Autor: CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI

Setor: Empresa Pública

Data : 08/05/2026

Resumo : Encaminha ao Poder Executivo o Requerimento nº

042/2026 aprovado na 15ª Sessão Ordinária de 2026.





Câmara Municipal de Guarapari
Estado do Espírito Santo
Secretaria Legislativa

OFÍCIO nº. 080/2026/SL/CMG

Guarapari - ES, 08 de maio de 2026

Ao Excelentíssimo Senhor
RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal de Guarapari/ES

Assunto: Encaminha requerimento aprovado na 15ª Sessão Ordinária de 2026.

Sirvo-me do presente para encaminhar a Vossa Excelência, para as devidas providências legais, cópia do Requerimento nº 042/2026 APROVADO na 15ª Sessão Ordinária do dia 07 de maio de 2026.

No oportuno, aproveito para reiterar minhas cordiais saudações.

Atenciosamente,

SABRINA BUBACH
ASTORI:12390972713

Assinado de forma digital por SABRINA
BUBACH ASTORI:12390972713
Dados: 2026.05.08 10:51:14 -03'00'

SABRINA BUBACH ASTORI
Presidente da Câmara Municipal de Guarapari

Rua Getúlio Vargas, 299, Centro, Guarapari/ES.CEP:29.200-180.Telefax.: (27)3361-1715-1730 - Email:
presidencia@cmg.es.gov.br. Site: www.cmg.es.gov.br



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
com o identificador 330035003200360038003A00540052004100, Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

fls. 11



N.º do Processo	Nº do Protocolo	Data do Protocolo	Data de Elaboração
1270/2026	1315/2026	07/05/2026 13:01:01	07/05/2026 13:01:00

Tipo

REQUERIMENTO

Número

45/2026

Principal/Acessório

Principal

Autoria:

LEANDRO DE OLIVEIRA INÁCIO

Ementa:

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA – SETAC, PEDIDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO.





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
Legislatura 2025-2028

GABINETE DO VEREADOR LEANDRO INÁCIO

REQUERIMENTO Nº ____/2026

SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA – SETAC, PEDIDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES.

Excelentíssima Senhora Presidente,

O Vereador que este subscreve, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 95, §1º do Regimento Interno, vem respeitosamente apresentar o presente REQUERIMENTO, solicitando que seja encaminhado à Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania – SETAC, pedido de informações acerca das ações, programas e políticas públicas voltadas à população em situação de rua no município de Guarapari/ES.

Considerando o aumento significativo da população em situação de rua no município, bem como a necessidade de acompanhamento e fiscalização das políticas públicas de assistência social, solicita-se:

I – DAS AÇÕES EMERGENCIAIS (CURTO PRAZO – 0 A 3 MESES)

Rua Joaquim da Silva Lima, nº 167, Centro - Guarapari /ES, 29.200-260. Tel:(27) 3261-3414



Autenticar documento em <https://guarapari.camarasempapel.com.br/autenticidade>
conforme o protocolo nº 3382085388235353630373030540152004100, assinado digitalmente por LEANDRO DE OLIVEIRA INACIO em 07/05/2026 às 13:00:44.

fls. 2

- 1.** Informar se há execução de abordagem social ativa no município, especificando frequência, equipe técnica e metodologia adotada;
- 2.** Informar o número atualizado de pessoas em situação de rua cadastradas pelos serviços municipais;
- 3.** Informar a existência de unidades de acolhimento institucional, detalhando capacidade, taxa de ocupação e critérios de acesso;
- 4.** Informar as ações de segurança alimentar ofertadas à população em situação de rua, incluindo fornecimento de refeições, parcerias institucionais e demais medidas adotadas;
- 5.** Detalhar os fluxos de atendimento para casos envolvendo:
 - a) dependência química;
 - b) transtornos mentais;
 - c) situação de vulnerabilidade extrema.

II – DO PLANEJAMENTO DE MÉDIO PRAZO (3 A 12 MESES)

- 1.** Informar se existe plano estruturado de reinserção social e familiar destinado à população em situação de rua;
- 2.** Detalhar programas de qualificação profissional, capacitação e geração de renda destinados a essa população;
- 3.** Informar se há articulação intersetorial com:
 - a) Secretaria Municipal de Saúde, especialmente CAPS e atendimento psicológico;
 - b) órgãos de segurança pública;
 - c) organizações da sociedade civil e entidades assistenciais;
- 4.** Apresentar dados e indicadores sobre reincidência, especialmente acerca do retorno às ruas após acolhimento institucional ou acompanhamento social.

III – DO PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO (1 A 4 ANOS)



1. Informar se existe política pública municipal formalizada voltada à população em situação de rua;
2. Informar eventual previsão de criação ou ampliação de equipamentos públicos especializados, como Centro POP ou estruturas similares;
3. Informar se há dotação orçamentária específica destinada a essa política pública;
4. Informar a existência de metas, indicadores e instrumentos de avaliação e monitoramento das ações executadas.

IV – DA GESTÃO E TRANSPARÊNCIA

1. Informar o orçamento atual destinado às ações voltadas à população em situação de rua;
2. Informar o quantitativo de servidores e equipes diretamente envolvidos na execução dessas políticas;
3. Informar se existe sistema de monitoramento, acompanhamento e avaliação de resultados das ações desenvolvidas.

V – DO DIAGNÓSTICO ATUAL

1. Informar o número estimado de pessoas em situação de rua no município de Guarapari;
2. Apresentar o perfil socioeconômico predominante dessa população, incluindo faixa etária, sexo, origem e principais fatores de vulnerabilidade identificados;
3. Informar dados comparativos acerca da evolução do número de pessoas em situação de rua nos últimos anos.

JUSTIFICATIVA

Ressalta-se que o aumento da população em situação de rua demanda resposta coordenada, eficaz e intersetorial do Poder Público, em consonância com as diretrizes da Política Nacional para a População em Situação de Rua, sendo essencial garantir dignidade humana, segurança pública, proteção social e organização urbana.

Além disso, faz-se necessário o acompanhamento das medidas atualmente adotadas pelo



Município, bem como a definição de estratégias permanentes de acolhimento, reinserção social e enfrentamento da vulnerabilidade extrema.

Requer-se, ainda, que seja informado o prazo estimado para apresentação de eventual plano formal de ação voltado à população em situação de rua, bem como se há previsão de realização de audiência pública ou elaboração de plano municipal específico sobre a temática.

Requer-se que as informações sejam prestadas de imediato e, se inviável, no prazo máximo previsto pela Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que é de até 20 (vinte) dias.

Certo de sua colaboração, agradeço desde já.

Sala das Sessões, 07 de maio de 2026.

LEANDRO INÁCIO
Vereador







Ementa: SOLICITA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA – SETAC, PEDIDO DE INFORMAÇÕES ACERCA DAS AÇÕES, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO.

DESPACHO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS

Próxima Fase: Aguardando Inclusão em Pauta

Sabrina Astori
Vereadora

[illegible]



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARAPARI
VEREADOR PROFESSOR LUCIANO

INDICAÇÃO

SOLICITO AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E À SETAC – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA A ADOÇÃO DE MEDIDAS URGENTES PARA ATENDIMENTO E SOLUÇÃO DA QUESTÃO DOS MORADORES EM SITUAÇÃO DE RUA NAS LOCALIDADES DE KUBITSCHK E IPIRANGA, NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

O Vereador infra-assinado, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 95, §1º do Regimento Interno, solicita ao Poder Executivo Municipal e à SETAC – Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência e Cidadania a adoção de medidas urgentes voltadas ao atendimento dos moradores em situação de rua que se encontram nas localidades de Kubitschek e Ipiranga, no município de Guarapari.

A presente indicação se faz necessária diante do aumento da presença de pessoas em situação de vulnerabilidade social nessas regiões, situação que tem gerado preocupação entre moradores e comerciantes locais, especialmente em razão das condições precárias enfrentadas por essas pessoas e dos impactos na segurança e organização dos espaços públicos.

Diante dessa realidade, torna-se indispensável a atuação conjunta da Prefeitura e da SETAC, por meio de ações de abordagem social, acolhimento, encaminhamento para programas assistenciais, acompanhamento psicológico e reinserção social, garantindo atendimento humanizado e digno.

Além disso, é fundamental que sejam adotadas medidas permanentes para acompanhamento da situação, buscando oferecer suporte adequado às pessoas em vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que se promove mais tranquilidade, segurança e bem-estar para toda a comunidade.

Sala das Sessões, 11 de maio de 2026

Professor Luciano

Vereador

Presidente da Comissão de Educação e Cultura





